



JOSÉ VARELLA/ESTADÃO - 5/9/1993



ACERVO PESSOAL/ERALDO TRINDADE

Eraldo Trindade foi nomeado para presidir o colegiado em 1998

tou contra a indicação de Bolsonaro diretamente com o então presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), e prometia até apresentar um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) se a escolha do deputado fosse adiante.

POLÍTICA INTERNA DO PPB. Em questão de dias, tornou-se público que Bolsonaro não contava com apoio dentro do PPB para a nomeação. Odelmo Leão, atual prefeito de Uberlândia (MG) e então líder do partido da Casa, preteriu a vontade do capitão da reserva, optando pela indicação de Eraldo Trindade (AP) à presidência do colegiado.

Ao Estadão, Eraldo Trindade lembrou a nomeação, contrariando a alegação de Bolsonaro de que não havia outros integrantes do partido interessados no cargo. Ele relatou ter disputado o posto com três concorrentes: além de Bolsonaro, os deputados Wighberto Tartuze, do Distrito Federal, e Vádão Gomes, de São Paulo.

Para selar a escolha, segundo Trindade, foi essencial o apoio de Francisco Dornelles, então ministro do Trabalho. O ex-deputado afirmou que, em reunião interna da bancada, sob o aval de Dornelles e anuência de Odelmo Leão, ficou decidido que ele seria a indicação de consenso do PPB. Leão foi procurado para comentar o caso, mas a assessoria do prefeito não respondeu.

Bolsonaro, porém, não recuou na época. "Sou candidato e mantereí essa decisão até o fim, mesmo sem o apoio do meu partido", disse à imprensa. Sem apoio dos companheiros de sigla, entretanto, seria impossível chegar ao posto. E assim foi: com uma candidatura avulsa, Bolsonaro perdeu a disputa para a presidência da comissão. Eraldo Trindade teve 16 votos e Bolsonaro, um, o dele mesmo.

Aos jornalistas, Odelmo Leão despiou sobre o papel do PT na retirada da indicação de Bolsonaro. Para o ex-líder da legenda, a seleção obedecia a um critério de distribuição regional dos cargos que, de qualquer forma, não contemplaria o capitão da reserva. Se tivesse investido mais nas negociações com o partido, Bolsonaro até poderia ter conseguido a primeira vice-presidência da comissão temática, que acabou com Osmar Leitão, um deputado do PPB do Rio, tal como Bolsonaro.

DIREITOS HUMANOS EM 1998. É fato que o capitão estava isolado dentro da própria sigla, mas Eraldo Trindade não diminuiu o papel dos petistas na articulação. "Houve muito protesto do PT", lembrou Trindade. "No caso específico de Jair Bolsonaro, havia uma revolta muito grande."



CIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 8/4/1999

Cassado

Talvane Albuquerque integrou a Comissão de Direitos Humanos na época; mais tarde, ele seria condenado pela morte de Ceci Cunha

de todos os envolvidos.

Talvane Albuquerque (PFL-AL) também integrou a Comissão de Direitos Humanos naquele ano. Meses depois, no início de 1999, Talvane foi cassado em meio a suspeitas de ter sido o autor intelectual do assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), sua colega de Câmara.

Segundo o inquérito policial, Talvane ordenou o homicídio da deputada por uma vaga à reeleição: Ceci havia sido reeleita e ele, obtido apenas a suplência. O caso tramitou na Justiça durante anos e, em 2013, ele foi condenado a mais de cem anos de reclusão, mas a pena progrediu e, hoje, cumpre prisão domiciliar.

OUTRAS DISPUTAS. Nos 28 anos em que esteve no Congresso, Bolsonaro nunca comandou um colegiado permanente e manteve o espírito de "lobo solitário" ao disputar outras presidências. Em 2005, houve duas eleições para a Mesa Diretora da Câmara: numa delas, na qual o capitão obteve somente dois votos, o eleito foi Severino Cavalcanti (PP-PE). O presidente renunciou rapidamente ao cargo para evitar uma cassação, forçando um pleito suplementar. Nessa nova eleição, Bolsonaro voltou a ser candidato e não conquistou nenhum voto — nem o dele próprio.

Conceitos

Ao manifestar interesse em presidir comissão, falou: 'É preciso definir o que é direito humano, o que é ser humano'

Em 2017, voltou a disputar a presidência da Casa, somando apenas quatro votos. Um ano depois, em 2018, o isolamento também marcou o pleito que o alçou à Presidência da República, quando disputou o cargo por um partido nanico, o extinto PSL, em uma chapa que só não foi puro-sangue por ter na coligação o PRTB.

Em 1993, quando Bolsonaro defendeu uma ditadura em pleno Congresso, um dos maiores entusiastas de sua cassação foi Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), então presidente da Câmara. "É preciso cortar o mal pela raiz", disse Inocêncio. Bolsonaro passou mais 25 anos como deputado após o episódio.

O capitão só deixou a Casa para ser eleito presidente do País, em 2018, 20 anos após ser derrotado com um único voto na eleição à Comissão de Direitos Humanos. A situação, até hoje, é motivo de orgulho para Eraldo Trindade. "Posso não ter vencido uma eleição para a Presidência da República, mas ganhei do Bolsonaro na Comissão de Direitos Humanos." ●

COLEGIADO

Composição da Comissão de Direitos Humanos da Câmara em 1998

PARTIDO DEPUTADO

PPB	ERALDO TRINDADE (PRESIDENTE)
	OSMAR LEITÃO (1ª VICE-PRES.)
PT	HELIO BICUDO
	LUIZ ALBERTO
	LUIZ EDUARDO GREENHALGH
	WALTER PINHEIRO
PSDB	ALZIRA EWERTON
	FLÁVIO ARINS
	JOSÉ ANÍBAL
	JOSÉ THOMAS NONO
	SEBASTIÃO MADEIRA
PSB	GILVAN FREIRE
PRONA DE VELASCO	
PPB	JAIR BOLSONARO
	JOSÉ LINHARES
PMDB	MAURÍCIO REQUIÃO
	ROBERTO VALADÃO
PFL	ALDIR CABRAL
	CARLOS MELLER
	TALVANE ALBUQUERQUE
	VILMAR ROCHA
PDT	FERNANDO LOPES
PCdoB	AGNELLO QUEIROZ

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

☺ direito humano, o que é ser humano", disse. A presidência do colegiado havia sido resguardada ao PPB pelo critério de proporcionalidade das bancadas: com 80 deputados, a sigla garantiu, no acordo de líderes da Casa, três das 16 presidências de comissão, incluindo a de Direitos Humanos.

Segundo Bolsonaro, nenhum deputado do partido se prontificou a assumir o posto. "Ninguém no partido queria esta comissão. Eu quero", afirmou o então parlamentar.

REAÇÃO. Desde a fundação da Comissão de Direitos Humanos, em 1995, todos os seus pres-

sidentes haviam sido petistas: Nilmário Miranda, Hélio Bicudo e Pedro Wilson. O baque no PT foi imediato, menos pela prerrogativa do PPB em indicar o presidente e mais por quem postulava o cargo.

"O deputado Jair Bolsonaro não pode ser o presidente da Comissão de Direitos Humanos porque, pelas suas posições, renega esses direitos", disse à época o deputado José Genoíno (PT-SP). "A imagem do Brasil no exterior vai ficar muito pior do que está", afirmou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

Procurado, Genoíno disse se recordar vagamente do episódio. Na época, o PT protes-